VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024

ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, teve lugar a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 18 de abril de 2024 a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Andreia Maria Ferreira Teixeira, substituída por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído Manuel Benjamim Leite Soares, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, substituída por Pedro André Silva Dantas, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Nelson de Jesus Martins da Silva, substituído por Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, sendo substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Serafim da Silva Teixeira, substituído por Joaquim Henrique Faria.---

Faltaram, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, Joaquim César Ramos Rodrigues, ---

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto e Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os senhores (as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

O senhor Presidente da Mesa, deu nota de que não havia nenhuma inscrição do Público.----------

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) apresentou um **Voto de Saudação**, "Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia", conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou um **Voto de Saudação** "Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia", conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**. Apresentou igualmente uma **Moção** "UNIR – em defesa do transporte público rodoviário nos Municípios da AMP", conforme documento em anexo **(vide anexo 3).**----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) teceu duas notas rápidas sobre a questão da proposta do BE, a primeira sobre uma das questões da gratuidade e do alargamento da gratuidade da bilhética que foram propostas da CDU, designadamente no nível da Assembleia da República, no alargamento da gratuidade aos maiores de 65 anos. Também foi uma das propostas que a CDU trouxe para a discussão do orçamento de 2024, portanto, pareceu-lhes total pertinência e também a questão do alargamento da gratuidade a todos os jovens, e não apenas aqueles do ensino superior, parecendo ser uma questão de suprema importância também para o BE fazer essa proposta que acompanhariam. Sobre a questão de UNIR, a CDU, desde a primeira hora, não só da operação, mas também nas suas preparações, fizeram a sua intervenção. Questionaram, para fazer eco, também das reivindicações dos utentes durante décadas, fustigados pela

insuficiência de transportes públicos, em particular no Concelho. Disseram, acerca do modelo seguido pela AMP e ainda estava em cima da mesa, uma discussão que não abdicariam e que entendiam da maior pertinência, maior atualidade, a questão acerca da opção política a AMP e que os seus municípios tomaram para o seu Concelho e para o transporte rodoviário. Também na sessão promovida pelo BE com a AMP, colocaram uma série de questões à margem da questão do modelo sobre a sua operação, desde a primeira hora que o Senhor Presidente disse que ainda era cedo para essa avaliação, que era da responsabilidade do operador. Perguntaram que ferramentas teria a AMP para a fiscalização da operacionalidade do operador e se estaria em causa a sua insuficiência. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, perguntaram, e passado estes alguns meses, se existia ou não espaço de responsabilização do operador, se imputava ao operador alguma falha no incumprimento, porque na verdade até acabava por ser uma privatização boa, o operador falhava e a responsabilidade era dos autarcas ou da privatização. Não eram a favor das privatizações, mas a privatização, é deve ser respeitada A verdade é que as necessidades dos gaienses são superiores e muito superiores ao serviço, mesmo quando ele funciona na sua operação toda prevista, as necessidades são superiores, portanto, a ambição continua a precisar de resposta pública. Não sei sabiam se a resposta pública como o BE trazia dava a resposta. Seria uma resposta pública de operacionalização pública. Não sabiam se isso sequer tinha enquadramento, tinha lógica a Câmara pôr autocarros a fazer os incumprimentos de um operador só porque o operador chegava atrasado. Tenho algumas Continuavam com dúvidas sobre o que o que que o bloco colocava nesta na proposta. Contudo, partilhavam naturalmente aquilo o que era a insatisfação dos utentes, que deveria ser expressa nesta naquela Assembleia Municipal. Portanto, cumprimentou o BE por trazer esse o assunto ao plenário e da parte da CDU, permanecia as a crítica e a expressão ou expressar dessas insuficiências.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que a Câmara Municipal não estava ali para o debate político, mas mais para as respostas concretas. Disse que o senhor deputado insistia em dizer que a STCP poderia assumir o serviço na área metropolitana do Porto, mas isso era ilegal no assunto em concreto, havia 5 ou 6 pessoas que trabalharam arduamente para um serviço que abrange 1.700.000 pessoas. O Presidente da Área Metropolitana do Porto, propôs a criação de uma empresa municipal, uma empresa metropolitana de transportes, que foi rejeitada pela maioria dos autarcas. Assumia as suas responsabilidades, mas no limite, a culpa não era dos operadores, a culpa era dos autarcas que não tiveram visão para perceber que com 4 pessoas, mais uma ou duas, onde estava incluído, era impossível montar uma operação daquelas e correr maravilhosamente bem. O deputado subia ao púlpito da Assembleia Municipal para dizer uma coisa que não era objetivamente nem juridicamente verdadeira. O senhor Presidente continuou dizendo que gostava que a CP, para dar um exemplo, gerisse o transporte na área metropolitana, mas legalmente não era possível. Para o deputado pedir um parecer à STCP, um parecer ao seu grupo jurídico da Assembleia da República, ao fim de tantos e voltarem a dizer que a STCP podia assumir o transporte na

área metropolitana. Isso era é falso e ilegal. A lei não permitia e, e apenas se limitava a aplicar a lei que existe. Acusou o deputado de dizer que a área metropolitana optou politicamente por aquela alternativa, mas que era apenas uma obrigação que vinha desde 2007 e que só 10 anos depois teve quem a levasse a sério para transformar o serviço público de transporte rodoviário, que vinha de 60 ou 70 anos com uma concessão tipo perpétua e que fazia do transporte público um monopólio. O concurso público cumpre a lei de subjugação deste e daquele serviço ao mercado e foi isso que aconteceu, não foi a área metropolitana que escolheu a Feirense A STCP não pode operar em Arouca, não pode operar em Oliveira de Azeméis, que também fazem parte da área metropolitana. Por isso, não era justo dizer que podia ter ido para lá da STCP, não podia legalmente não podia. A única opção possível que havia era um concurso público. Optaram por um concurso público para prestação de serviços por entenderem que a concessão era excessivamente castradora e privatizadora. O deputado, criticava por não ter havido um balanço que tenha sido publicitado ou entregue à Assembleia Durante décadas chovia dentro dos autocarros, não se cumpriam horários, vinham autocarros da Bélgica comprados a 5000 EUR porque eram proibidos de circular no resto da Europa, exceto em Portugal. Os autocarros incendiavam-se com 30 anos, deixavam uma fumarada por onde passavam que era uma neblina londrina, só que escura. O IMT nunca quis saber disso para só quando havia uma denúncia, de momento não havia nenhuma penalização aos autocarros, o IMT verificou zero casos de motoristas ilegais. Diziam então que três anos e meio, não era suficiente para preparar as coisas. O concurso operacionaliza-se com o visto do Tribunal de Contas. O visto do Tribunal de Contas veio em maio e, no início de maio, ele vem em abril, mas tinha uma vigência, uma espécie de acácia, e entrava em maio, de acordo com os critérios do concurso, que são os Critérios da lei, não são opções do Presidente da Câmara Municipal. De acordo com os critérios do concurso público, já para precaver um tempo, o vencedor, depois do visto do Tribunal de Contas, tinha meio ano para preparar a operação. porque nenhum empreendedor, nenhum empreiteiro, nenhum arquiteto, nenhum o que for, desata a fazer coisas sem ter um contrato assinado. Os operadores tiveram de esperar pelo Visto do Tribunal de Contas para montar a operação, ou então os concorrentes iam encomendar autocarros, trazer motoristas e se não ganhassem o concurso teriam de vender os autocarros. Ao fim de meio ano e nós perceberam as dificuldades que era a data-limite. A consignação feita até o dia 1 ou 2 de dezembro, no dia 4 não haveria autocarros. No dia 30 de novembro, estava a chegar a Leixões um barco com autocarros, muitos deles vindos em segunda mão, pintados na origem. Nem tempo houve, nem know-how tecnológico para mudar as letras da frente. Quanto à Transmissão de estabelecimento, é um conceito jurídico que faz com que nos concursos públicos a empresa que sucede a outra seja obrigada a receber os trabalhadores da outra nos transportes. Este conceito não se aplica, aplica-se o conceito de preferência. O caderno de encargos plasma o conceito de preferência. Quer dizer, as empresas que ganham têm de dar preferência aos trabalhadores das empresas que perdem, que estavam em operação. Deixou ainda esclarecimentos exaustivos sobre esta concessão, entre outros, referindo, os transportes tiveram uma alteração jurídica em

2022. Já o concurso estava no terreno há 2 anos e meio, proposta pelo Partido Comunista na Assembleia da República que propôs aplicar o regime de Transmissão de Estabelecimento às empresas de transportes, mas, achava que o senhor deputado sabia que a lei não tem efeitos retroativos. Portanto, o concurso poderia estar vigente até a altura do lançamento do concurso dali a 6 anos. Que viesse um novo concurso, aplicar-se-ia a transmissão de estabelecimento, o concurso do ponto de vista do caderno de encargos, estava top, do ponto de vista da sua aplicação inicial, um desastre, do ponto de vista da sua evolução nestes últimos 5 meses, muito interessante, evoluíram. O número de reclamações neste momento era residual. Continuou dizendo que o município iria lançar, na primeira quinzena de maio, um inquérito porta a porta. Não existem problemas no transporte escolar, há dias houve uma greve de algum dos motoristas de um dos sindicatos. A operação não se realizou, porque eles estão em greve, como estão em greve na STCP, no metro, ou os enfermeiros e os médicos. A Câmara não podia substituir os autocarros porque era ilegal e estava a fazer favor aos privados. Dali a 2 meses estaríamos a discutir se renovávamos ou não a participação acionista do Município de Gaia na STCP, pela qual tinha lutado para aderirmos que mais defendeu a adesão acionista do Município de Gaia à intermunicipalização, quando toda a gente queria deixar aquilo no Município do Porto. Quanto ao debate público, andou a debater publicamente a possibilidade de termos um só operador interno. O Presidente da Câmara, lembrou algumas atrocidades que alguns cidadãos fizeram, relativamente à UNIR, desde colocarem o seu numero de telefone afixado nas paragens até cortarem pneus entre outros. Reconheceu que o arranque foi péssimo, foi uma desorganização, foi o caos, tudo, digam o que disserem, era tudo verdade. Tranquilizou o deputado dizendo haver gente muito empenhada e disponível, trabalhando para que tudo corra bem e ninguém quis, por nenhum motivo abstrato, chatear a vida das pessoas, criar um problema. Terminou, pedindo desculpa pela exaustiva intervenção. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "à Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia".----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS, 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, "UNIR– em defesa do transporte público rodoviário nos Municípios da AMP". ----------

Votação: Votação: Rejeitado por Maioria, com 31 votos contra (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 05 votos a favor (02 do BE, 02 da CDU e 01 da IL) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN). ----------

4.12. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2023, assim como a respetiva certificação legal de contas, relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, nos termos do n. 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro". ----------

Senhor Deputado Alcides do Couto (CH) disse ser direto, objetivo, não valia a pena perder muito tempo, tratava-se de um ponto muito complicado e muito vago. Um balanço e uma demonstração de resultados não era fácil de analisar, apesar de ter alguns quadros e alguns pontos que era possível se, mas não era um partido contra, mas sim, estavam sempre juntamente com todos os gaienses e com todos os portugueses, no ponto 4.12, iriam abster-se. Que tinha de chamar a atenção que iria intervir e ir ali e as vezes que tivesse de ir sempre que tiver de representar o partido e representar as pessoas. ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) falou sobre as contas de gerência, que deveria ser um dos momentos mais altos do debate na vida política do município, reflete a situação económica do concelho e demonstra claramente se os compromissos assumidos foram concretizados, continuavam a ter muitas dificuldades e afirmaram sucessivamente a crítica, em relação à dimensão das despesas correntes, como comprometedoras para a vida do município, aliás, essa dúvida sistematicamente na Revisão de Contas, porque é uma dúvida e é uma crítica que é apontada muitas vezes, é a falta de resposta permite inferir que, na verdade, uma visão de quem assinou, recorda-se, o acordo para a descentralização, quando se vê plasmado esse acordo, e é operacionalizado no aumento de despesas, em particular nas despesas de pessoal, ou está arrependido com o acordo que fez ou queria que o acordo para a descentralização significasse que a Câmara Municipal privatizasse serviços recebidos. Ademais, isto a propósito da posição do PSD, na posição dos vereadores, que é sempre a mesma, da crítica das despesas correntes e, "queremos que a visão de futuro e desenvolvimento do poder local, estando nós no final deste mandato a atingir o primeiro quarto do século 21, todas as questões do desenvolvimento do Poder Local passam pela estabilidade de apoios, entre os quais os apoios sociais, melhoramento e melhoramento continuado de serviços, todo um conjunto de responsabilidades, respostas políticas que a CDU propõe, que a CDU defende que o município deve fazer Não podiam criticar o aumento de despesas correntes a cada conta de gerências, havendo esse plasmar de

responsabilidades políticas que devem ser respostas continuadas de apoio ao longo dos anos. A prestação de contas dava razão à CDU no capítulo da fiscalidade, nessa posição moderada, não comprometer o balanço equilibrado das contas municipais por desvarios demagógicos de baixa de impostos. Relativamente ao IMI vem dar razão à CDU que disse haver espaço já para este ano 2023 para a redução o que se veio a verificar na proposta para 2024 e essa proposta de 2004 acompanhavam, mas as contas para 2023, claro que permitiram o executivo propor um número diferente para 2024, mas já poderiam ter aparecido 2023. No capítulo IRS já tinham denunciado que essa devolução, que é justificada como um estímulo às classes médias, a questão é, quanto menos classe média são, quanto mais alta é a classe, mais beneficia, os agregados com rendimentos mais baixos, que são a maioria, ficam de fora. Como verificaram nas contas de gerência para 2023, é difícil de entender no quadro de subfinanciamento do poder local, abdicar daquela receita, não que seja o posicionamento do executivo, mas em torno da discussão acerca da devolução do IRS que é tida em várias câmaras deste país. As contas de gerência dão motivação à CDU, que ao longo de vários anos, tem pautado a sua ação para reivindicação do financiamento adequado do poder local democrático, designadamente ao nível da lei das Finanças locais. Um debate motivado por que uma proposta pela revisão da Lei das Finanças locais, e que na Assembleia Municipal foi reprovada com os votos contra do PS, PSD, PAN e CH ainda contou com a abstenção do CDS e do BE. Não obstante, a execução orçamental tem sido em linha com o percurso habitual do executivo, tanto ao nível das escolhas como dos bons resultados o quadro já referido de transferência de competências no quadro daquele subfinanciamento, mas que traz preocupações acerca da sustentabilidade das contas municipais, sobretudo não sacrificando anteriores competências. A dicotomia da manta curta de, ou investe mais na saúde para investir na saúde, se tem de sacrificar na rede viária, tem de sacrificar e responsabilidades a outrora que já se já eram suas antes desse centro de competências. É uma dicotomia da manta curta, que não pode ser imputada aos autarcas deste país. Falando das competências do Estado Central e fazendo paralelo entre as competências delegadas para as autarquias e os respetivos envelopes financeiros deixa a pergunta, quanto foi, do défice 6.5, reembolsado em sede de comissão de acompanhamento e qual foi o défice entre a transferência e a obrigação em 2003. Referindo a introdução feita pelo presidente, na apresentação das contas de gerência, entendem que o mesmo reconhece a insuficiência do envelope financeiro. Que o embandeiramento de responsabilidades sem o pacote financeiro deteriora o nível de confiança política.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues deu nota que não havia reflexão política, porque essa era do senhor deputado e da Assembleia, apenas aquilo que lhe competia era eventualmente esclarecer. Em primeiro lugar não assinaram a descentralização, foram obrigados à descentralização na área da educação. e os diretores estão contentes globalmente, os pais estão contentes, os alunos estão contentes, a comunidade em geral está mais bem servida. O problema é que não há uma correspondência entre aquilo que foi a transferência das responsabilidades e a sua tradução financeira. Que até ao presente não receberam

nada, têm um balanço para o ano que referiu, o adicional da ação social, e irrelevante porque é 1.000.000 de euros e que, no fundo, adiciona por vontade política valor às prestações que passaram a ter a responsabilidade de gerir. Este ano, adiciona 1.000.000, para o ano se quiser adiciona 5.000.000, mas pode não adicionar nada. Ou seja, não é um vínculo que tem, é uma decisão política. Tinham uma pequena margem e essa margem permitiu aumentar e até o momento na saúde, a situação era muito complexa, de momento, um dispêndio que estava previsto em cerca de 300.000 EUR para aquisição de viaturas que substituem as viaturas que tinham, que eram horrorosas, e com 25 anos, com uma manutenção deficiente. Era até do ponto de vista de segurança, mas agora que isso passou para a Câmara, os enfermeiros a não querem conduzir e querem motoristas. Isso não estava a acontecer só em Gaia. Temos, neste momento, um diferencial de valor de serviço. Pelos centros de saúde cerca de 60.000 EUR para além dos Carros. Naquele momento, a data é 30/06/2014. Ou seja, não falando do relatório de contas, mas do primeiro semestre do ano. O que queriam implementar para este primeiro semestre são 350.000 EUR, e logo que venham as viaturas, serão entregues aos centros de saúde. Estavam no momento com outro dossiê que envolve a saúde e a educação e aquele era o último dia para fazer as candidaturas das escolas. Apresentaram 4 candidaturas para os centros de saúde, quando só tinham 2 previstas, e nas escolas também como nos centros de saúde. O valor da comparticipação do Estado, de momento falamos de valores na ordem dos 750.000€ por equipamento de saúde. Nas escolas estavam contabilizados cerca de 1.500.000 por escola, adicionalmente ao financiamento, porque a evolução dos preços de mercado desde que foi assinado o protocolo com a Associação Nacional de Municípios até ao dia presente tinha sido significativa. Continuou a dizer que era expectável que nos próximos anos, a margem de investimento que o município tem seja uma margem consumida muito significativamente pelas obrigações decorrentes da melhoria dos equipamentos que não são municipais. A Câmara tem neste momento 3.800 funcionários, desses 3.800 funcionários, 1.300 a 1.400 vieram no pacote da descentralização, portanto, significa que passaram de 2.000 e poucos para 3.000 e poucos funcionários, não porque tivessem contratado de 1 ano para o outro, mas porque receberam pessoas que já estavam no serviço público, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, e que vieram para o município. A Câmara fez-lhes seguro de trabalho e acidentes, por isso, os valores que deu genericamente era o que tinham no momento. Falando nas escolas, da bolsa de recrutamento para responder eficazmente à falta de funcionários, do rácio dos operacionais das escolas e referindo ainda o conceito de sala Snoezelen, como resposta de qualidade para crianças com necessidades de aprendizagem, essas eram sim uma opção política do executivo----------

Senhora Deputada Carla Maria Rodrigues Costa (PSD) disse que naquela prestação de contas constataram o continuo aumento da receita total, atingindo 252.700 milhares de euro, acréscimo já constatado no exercício anterior e que vem cumprindo a tendência do quadriénio comparativo naquela prestação de contas. Nas 4 anteriores gestões autárquicas o município arrecadava valores de impostos diretos muito

inferiores aos atuais, endividou-se para executar investimento estrutural com a criação de infraestruturas básicas, desde habitação, arruamentos, saneamento e salubridade pública, entre outros. No momento a prestação de contas relevava a saúde financeira com o dito equilíbrio das contas, consequência do investimento inteligente feito no passado criando atratividade ao Concelho, permitindo que hoje atualmente se arrecadasse aquele valor de receita corrente. As estruturas locais apresentam carências graves e estão a ser tratadas de forma insuficiente. Conluio dizendo ser importante um continuo investimento estrutural, agregando e complementando as necessidades do Município, em benefício da população e do desenvolvimento local. Naquela prestação de contas não vislumbravam um rumo nem uma visão que respondessem ás principais preocupações que Tal impedia-os de acompanhar a prestação de contas relativas ao exercício de 2023, conforme documento em anexo **(vide anexo 4).** ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues tranquilizou-os no que dizia respeito às receitas. Tinha a convicção absoluta de que as receitas no município iriam continuar a crescer, porque aquilo era o valor do IMT, daqui a tempos valor de IMI, poderíamos ter uma atenuação do volume de construção, mas aquela que já está em curso significa, evidentemente, receita duradoura para o município. Disse estar mais preocupado, com outra coisa, não é tanto com o crescimento futuro das receitas, as coisas estão tranquilas, tem mais preocupação, com o crescimento de algumas despesas que não conseguem prever era o caso da descentralização já explicado, que parece ser um desses casos, estou mais preocupado. É, Por exemplo, quando o atual Governo a dizer que vai baixar a taxa do IMT ou reduzi-lo a zero para casais até aos 35 anos, achava bem, mas ficaria contente de ver um Governo, este ou o anterior ou outro qualquer, que para reduzir impostos, reduzisse os seus impostos fonte de receita. Do ponto de vista do impacto social, vale zero, ninguém compra casa em Gaia ou em Matosinhos por causa do IMT e para o município, significa um milhão e meio, portanto, eu serei solidário com um governo que diga assim "quero acabar com o IMT para os jovens até 35 anos". Achava bem mas que retirassem esses benefícios dos seus impostos e não dos que são das autarquias Percebia que a senhora deputada tivesse outras saudades e outras coisas para valorizar, mas que, por exemplo, no que dizia respeito à tese que a senhora deputada referia, que o município se endividou para ter infraestruturas, lembrar, por exemplo, que nas infraestruturas rodoviárias, o investimento do município era o mesmo que estavam a fazer agora, basicamente asfaltamentos, as novas vias que foram criadas desde o IC 23, foram obras do Estado, integrais. Habitação Social, PER, nem sequer era habitação social, no sentido "Primeiro Direito", era integralmente paga pelo Estado. Os municípios tiveram uma despesa, entre aspas, imaterial que foi ceder terrenos que já eram seus. Portanto, aí não houve endividamento nenhum, sabe que o saneamento e água potável começaram nos dois mandatos do Heitor Carvalheiras, de facto. O momento alto do saneamento e água potável foi a reabilitação de ruas. A maior estação de tratamento de águas residuais, que é da Madalena, ainda foi inaugurada pelo Heitor Carvalheiras. Não está pronto, mas cada um fez a sua parte, mas era difícil aceitar dizerem que estávamos a crescer muito

porque foi feito um investimento no saneamento lá atrás e que a dívida está justificada. A senhora deputada sabia que isso não era verdade, mas tinha de defender a sua posição. Não quer dizer que não tenha sido feito um conjunto de construções, equipamentos interessantes não justificou os meios para atingir os fins. O segredo está em conseguirmos manter níveis de investimento audazes. Mas equilibrados para aquilo que é o presente e o futuro do município. Disse, desafiar a senhora Deputada a ir a esse passado. Conseguimos, ter mais investimento, menos endividamento, à custa de maior equilíbrio da receita. Relativamente ao valor, digamos, de transição, que a certa altura se diz, vá tendo um valor de 14.000.000 de saldo entre aspas. É que, às vezes até se intitula de lucro abusivamente porque o município tinha margem para fazer mais coisas ou para diminuir os. Impostos, este valor de 14.000.000 é um valor contabilístico. Ou seja, a Câmara não tem 14.000.000 de euros disponíveis, o que tem é 14.000.000 de euros que estão cerca de 76%, ou seja, três quartos já alocados ao multiusos neste momento. A Câmara tem dinheiro no banco entre que está lá liquidamente no banco, mas que tem um destino contabilístico que é o multiusos. Na transição da conta, aparece-lhe como saldo positivo, não é saldo positivo, é dinheiro disponível para os cabimentos plurianuais, que, aliás, depois os deputados aprovam na Assembleia. A contabilidade pública é uma contabilidade errada. O que, deveria acontecer era que os cabimentos repercutissem em despesa na integralidade, mesmo não tendo sido executada. E o que sobrasse é que era o tal saldo positivo, poderíamos discutir o que fazer com os 3.500.000 aos 4. milhões que nos sobrou.----------

Senhor Presidente da União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes, disse que este documento encerrava uma década de relatórios e contas da responsabilidade da gestão autárquica, sob o lema "Dedicados a Gaia" onde foi possível devolver a esperança e confiança aos Gaienses. O início do projeto autárquico teve um elevado grau de dificuldade dado o estado de debilidade das finanças municipais, no entanto, com uma ação política de elevado rigor orçamental e centrada nas pessoas e instituições, e com o envolvimento de toda a comunidade, foi possível chegarem aquele patamar. Das ações que mais distinguia aquele ciclo político do anterior era o investimento de proximidade, ao que chamaram resolver os problemas concretos da vida das pessoas, nomeadamente, construção de passeios, jardins, recreios escolares parques infantis, etc. Uma aposta da atual Câmara que marcava a diferença com o ciclo anterior, tendo deixado diversos exemplos, conforme documento em anexo **(vide anexo 5).**----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) de acordo com o Regimento solicitou à Mesa a suspensão dos trabalhos por 5 minutos.----------

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à suspensão dos trabalhos por 5 minutos, a pedido do Grupo Municipal do PS.----------

Senhor Deputado Carlos José Pinto Vergueiro (PS) na apreciação e discussão do Relatório de Atividades e Conta de Gerência de2023 disse ser imperioso atender que estavam decorridos 10 anos daquele ciclo

autárquico, tendo o ponto de partida sido trágico. Vencida essa fase pediram aos Gaienses a sua confiança e apoio, dizendo: "se conseguimos colocar as contas no verde baixando ou extinguindo taxas e lançar programas de elevado significado e valor; se fomos capazes, em equipa e com os Gaienses, de superar a crise financeira e social; então confiem que vamos inovar, vamos conseguir catapultar os Gaienses e Vila Nova de Gaia para outro nível de desenvolvimento, num Município estável, humanista e de boas contas". Continuou dizendo, "Estes 10 anos têm marcos e marcas impressivas que nos orgulham. Não nos trazem vaidade, mas acarretam mais responsabilidades, mais dedicação, para um futuro que queremos construir com os contributos de todos os Gaienses. Neste balanço de 10 anos não querendo ser exaustivo, mas lembrar esses marcos e essas marcas, sempre são 10 anos de obra e não assim tão pouca, lembrando também que o território é vasto e as necessidades ainda são mais que muitas" conforme documento em anexo **(vide anexo 6)**. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues teceu algumas notas de agradecimento, dizendo que num tempo em que o que conta são também as coisas negativas, ouvir algumas coisas positivas, mesmo que fossem exageradas do ponto de vista do elogio, sabiam sempre bem, mas a, aquilo que iriam ser as condições socioeconómicas do município e do concelho e as condições económico-financeiras do município, permitiriam imaginar um futuro brilhante. A estação de TGV era absolutamente determinante para o futuro de Gaia porque ela vai conseguir recentralizar em Santo Ovídeo aquilo que era uma centralidade metropolitana que estava de facto neste núcleo central do Concelho do Porto e do Concelho de Vila Nova de Gaia. Falando do poder local e das suas opções politicas das construções e equipamentos ou mobilidade para e desenvolvimento sustentável terminou dizendo que as pessoas precisam de bons serviços, de mais medidas de política social, de mais apoio em muitos domínios no contexto das escolas, dos centros de saúde que agora são nossos e eu não conhece praticamente nenhuma despesa dessas que seja despesa de capital e em muitos momentos, isso vai-se fazer sentir na vida dos municípios, mas na vida dos autarcas, no prestígio dos autarcas que de repente, perante um desequilíbrio desses que não decorre de sua vontade, têm às costas procedimentos por incumprimentos que eles próprios não têm maneira de resolver. O Município de Gaia é um município que não tinha um plano, um programa municipal de apoio ao arrendamento, municípios como Santo Tirso, como a Trofa, como Braga, como outros para falar do Porto e de Lisboa e faziam disso uma política de habitação, nós não tivemos condições como operar. O município só será arrojado se tiver as contas em dia. Não era lembrar o passado, mas no passado, muitas coisas eram, feitas à moda do passado e não era só em Gaia, era em muito sítio, era um modelo de gestão que era basicamente infraestruturalista era um modelo de autarca, exibicionista, era assim em todo o lado, dos vários partidos. Atualmente o poder local mudou. As pessoas pensam no poder local e não pensam propriamente em camiões de betão, pensam no poder local e pensam em proximidade, pensam em quem não lhes vira as costas. Ambicionava em trazer a versão final do relatório do Tribunal de Contas, do presente mandato do

ponto de vista técnico, o relatório é absolutamente extraordinário. Terminou "Temos a noção dos dramas que ainda ocorrem. Não temos a perspetiva de resolver tudo e mais alguma coisa, mas no justo equilíbrio entre o que fazer, as urgências, as prioridades e o equilíbrio financeiro. Acho mesmo que tecnicamente este relatório é valioso. Politicamente, é uma coisa diferente isso a Assembleia trata". ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12. ----------

Votação: Votação: Aprovado por Maioria, com 31 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 da IL) e 06 abstenções (02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN). ----------

4.13. da Ordem de Trabalhos "Apreciação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2023, nos termos da alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, que salvo a melhor opinião a Proposta tinha de ser votada.----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se era por requerimento específico da Câmara, porque era uma apreciação, nunca era votada.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu, que todos os anos tinham essa discussão, o inventário, do seu ponto de vista devia ser votado. A apreciação significa uma apreciação, um juízo e, essa ambiguidade decorre da lei, não decorria da ordem de trabalhos. ----------

O Senhor Presidente da Mesa disse, haver uma ambiguidade da Lei, se a Câmara Municipal requeria iria ser votada.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse haver no momento mais do que a jurisprudência, que mostra que a apreciação implica posição, senão seria tomar conhecimento. Apreciar, é apreciar valorizando ou desvalorizando com o voto e como não tinham muitos dias, um dia para colocar na Plataforma do Tribunal de Contas, era melhor não correr riscos e votar. ----------

O Senhor Presidente da Mesa disse estava o requerimento feito. E os Senhores Deputados, não se opuseram a que haja votação.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 18 minutos do dia 30 de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Voto de Saudação à Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia

Os primeiros meses de 2024 ficaram marcados por um conjunto significativo de importantes lutas dos trabalhadores no Concelho de Vila Nova de Gaia, que deram expressão nas ruas às suas justas reivindicações.

Assim foi na luta das trabalhadoras da "La Perla", dos trabalhadores da "BA Glass", dos assistentes operacionais das Escolas de Gaia, dos trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Gaia, dos enfermeiros no Hospital Santos Silva, dos trabalhadores do Centro Infantil de Crestuma, dos trabalhadores da RTP, e na Grande Manifestação da Juventude Trabalhadora promovida pela Interjovem, que em desfile pela Avenida da República lutaram pelo futuro dos jovens, particularmente assolados pela precariedade e pelos baixos salários.

A mobilização, expressão e impacto desta e de muitas outras lutas no nosso Concelho demonstram que o povo de Vila Nova de Gaia não se conforma com as inevitabilidades artificiais, com a insuficiência das medidas dos sucessivos governos, com a opção pelo assistencialismo, com a permissão da especulação e aproveitamento do grande capital.

Os 25 milhões de euros de lucros por dia dos grandes grupos económicos, bem como os 12 milhões de euros de lucros por dia da Banca, contrastam com a realidade da vida da esmagadora maioria da população, reféns da política dos baixos salários quer no sector privado quer na administração pública do nosso país, da desvalorização das carreiras, do aumento do custo de vida e da inflação, que empurram para a pobreza milhões de portugueses.

Só com um real aumento dos salários, pensões e reformas e a valorização das carreiras, com uma verdadeira justiça fiscal que alivie os impostos sobre os trabalhadores mas recuse a ideia de que o caminho é baixar ainda mais os impostos sobre os lucros do grande capital, com uma agenda realmente digna para o trabalho onde trabalhar não signifique ser pobre e explorado, será possível conduzir o país ao crescimento e desenvolvimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária iniciada em 18 de Abril de 2024, Saúda:

- A Luta das Populações e dos Trabalhadores de Vila Nova de Gaia por melhores condições de vida e contra o aumento do custo de vida;
- As Manifestações do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, enquanto momento maior da permanente luta dos trabalhadores por uma vida melhor e mais digna.

2024.04.18

Pel'A CDU,

(André Araújo)

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 2

Voto de Saudação

DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA, TRANSFOBIA E BIFOBIA

2

Celebra-se no dia 17 de maio o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, data que assinala o dia em que a homossexualidade foi retirada da Classificação de Doenças da Organização Mundial de Saúde.

Nesta data, saudamos as conquistas mais recentes das pessoas e comunidades LGBTQI+ em Portugal, como a aprovação de quatro projetos de lei que proíbem a discriminação de pessoas Homossexuais ou Bissexuais na dádiva de sangue ou o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa, mas não podemos esquecer os obstáculos à livre existência de pessoas LGBTQI+ num ano em que Portugal desceu seis lugares (de 4º para 10º) no Rainbow Map da ILGA Europa, que classifica os países europeus de acordo com as suas leis e políticas LGBTQI+.

Recordamos que só em 1982 se conseguiu a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da discriminação. A realidade, hoje, é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva.

No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, devemos continuar atentas e atentos. Além disso, a necessidade de um investimento mais sério em algumas das estruturas identificadas deve ser assinalada.

Reforçamos que no caminho para uma sociedade mais livre e inclusiva devem ser proibidas as terapias de conversão, devem ser assegurados cuidados de saúde de qualidade e não discriminatórios para pessoas trans, não binárias e intersexo e deve existir formação para professores em questões LGBTQI+, para que a consciencialização comece nas escolas.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 29 de abril de 2024, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia;

2. Saudar as associações, coletivos, movimentos e ativistas que lutam por uma sociedade mais justa e inclusiva para pessoas LGBTQI+.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

João Martins

Joana Leite

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 3

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Moção

Em defesa do transporte público rodoviário nos municípios da Área Metropolitana do Porto

A rede metropolitana Unir, iniciada a 1 de dezembro, arrancou de forma desastrosa para quem depende do transporte público para se deslocar, trabalhar e/ou estudar. O direito à mobilidade é um direito social, base para outros direitos - educação, trabalho, habitação, entre outros-, e não pode ser negado. Segundo se pode ler no site da entidade, "A rede UNIR é uma iniciativa dos 17 municípios da área metropolitana do Porto, que funde a operação de transporte público rodoviário de toda a AMP numa só imagem e serviço, com exceção dos STCP. É uma nova rede de autocarros comprometida em garantir a qualidade de transporte público de passageiros através de uma nova forma de mobilidade, materializada numa nova frota, mais linhas, mais horários, maior cobertura, mais conforto e mais amiga do ambiente."

Esta rede decorre do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) de modo rodoviário, que estabelece, como Autoridades de Transportes, o Estado, os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. A Lei n. º52/2015 de 9 de junho previa concursos internacionais para a atribuição da concessão, mas permitia igualmente que a STCP pudesse ser operador interno dos municípios que nela participassem ou ainda que os municípios desenvolvessem respostas de transportes públicos municipais. A solução a que se chegou, por delegação das competências por parte dos municípios de Autoridade de Transportes na Área Metropolitana do Porto, tinha alternativas que o Bloco de Esquerda sempre disse que melhor resolveriam a necessidade de uma resposta segura e confortável para os utentes, respeitando os trabalhadores e reduzindo o impacto ambiental do transporte rodoviário.

Não obstante, neste arranque terão falhado autocarros - porque não existem suficientes contratados pelos operadores -, motoristas, falharam horários e paragens. O próprio Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT) tem vindo a fiscalizar o serviço efetuado pelos concessionários, referindo que "esta operação tem como principal foco a verificação do cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente no que toca às condições dos veículos e cumprimento dos requisitos legais dos motoristas".

O Bloco de Esquerda solicitou em vários municípios da Área Metropolitana do Porto a audição da comissão executiva desta entidade e depara-se com processos que demonstram que este não é o nível de gestão intermédio que as regiões necessitam. Apelamos a que a

Área Metropolitana, mas também os municípios que dela fazem parte, rapidamente resolvam a falta de informação sobre os horários e percursos das carreiras.

Tendo chegado a este estado de coisas, importa responder prontamente às falhas identificadas em cada município para que o problema seja rapidamente resolvido, garantindo a resposta municipal que uma Área Metropolitana depauperada, sem capacidade técnica ou de fiscalização, não vai garantir.

Reconhece-se que a operação tem melhorado paulatinamente. Um deles passa precisamente pela afixação dos horários em cada paragem, algo prometido aquando do lançamento da rede metropolitana. Em Vila Nova de Gaia, foi necessário que um utente, afixasse os horários num vidro da paragem de Stº Ovídio, o que podemos caracterizar como sendo uma situação bizarra, passado este período de cinco meses, do início da operação, situação entretanto ultrapassada.

Em Gaia verifica-se uma situação caricata, a via pública a ser usada como garagem dos autocarros da Unir volvidos 5 meses, o que mostra a impreparação da empresa para o serviço. Há diversas vezes em que se vê camionetas da Unir estacionadas em fila na Avenida D. João II ou na Rua Visconde das Devesas.

Também seguindo a linha das sessões da Unir pelo concelho de Vila Nova de Gaia, levadas a cabo pela Câmara Municipal - https://www.cm-gaia.pt/pt/noticias/sessoes-de-trabalho-sobre-a-unir-em-todo-o-concelho/ - não se soube das conclusões ou esclarecimentos finais sobre estas reuniões/encontros com a população, com resumo dos problemas levantados e as resoluções propostas pela Câmara e pela Unir. Achamos que estas sessões de auscultação da população foram de extrema importância, porém não tivemos qualquer feedback das mesmas.

Dentro do próprio Conselho Metropolitano do Porto, existe um sentimento de desconforto e de impotência por parte da maioria dos Presidentes de Câmara, tendo mesmo admitido que estar a chegar o momento de se avançar com sanções ou até mesmo colocar as operadoras da rede em tribunal.

Por último, mas não menos relevante, foram as declarações do Presidente da AMP ao jornal expresso, "a culpa não é só dos operadores, no limite é dos autarcas" que dificultaram a fiscalização do serviço.

O transporte público é a principal ferramenta para a mobilidade, para a transição energética e coesão territorial. Acompanhamos a necessidade de melhorar e alterar os transportes públicos que antes existiam, de má qualidade, poluentes, e que não serviram condignamente muitas zonas, mas a alteração não pode ser feita à custa de quem os usa e deles depende para as deslocações diárias.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 29 de abril de 2024, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Levantamento urgente dos problemas criados pela entrada em funcionamento da rede Unir do concelho de Vila Nova de Gaia para reporte à Área Metropolitana do Porto;

2. Reposição, através de resposta pública do município, das linhas e horários em falta que penalizam os moradores, nomeadamente nos horários da manhã de transporte para trabalho e escolas e no final do dia;

3. Averiguar com a Área Metropolitana do Porto da aplicação do regime de transmissão de estabelecimento de motoristas e outros trabalhadores dos antigos concessionários para os atuais, pugnando pela aplicação conforme a lei e os cadernos de encargos;

4. Propor na Área Metropolitana programa faseado de gratuitidade dos transportes, começando por alargar este ano o programa de gratuitidade para jovens estudantes até aos 23 anos a todos os jovens e ainda a pessoas com mais de 65 anos.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

João Martins

Joana Leite

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Relatório e Contas de 2023

Nesta prestação de contas constatámos o continuo aumento da receita total, atingindo 252.700 milhares de euro, acréscimo já constatado no exercício anterior e que vem cumprindo a tendência do quadriénio comparativo nesta prestação de contas. A rubrica de receitas correntes é que mais peso tem, 188.886 milhares de euro, sendo importante referir que alocado a esta rubrica temos os impostos diretos cobrados no município, 100.787 milhares de euro, tais como o IMI com 42.784 milhares de euro, o IUC com 10.379 milhares de euro, a derrama com 8.927 milhares de euro e o IMT com 38.696 milhares de euro, apenas esta última com um ligeiro decréscimo face a 2022. Também salientamos o aumento das receitas com taxas, multas e outras penalidades de cerca de 33%, concomitante com o aumento das licenças de loteamento e obras, taxas de ocupação de via pública e taxa turística.

Convém aqui relembrar, mesmo já tendo sido várias vezes mencionado, que a cobrança do imposto direto atualmente arrecadada pelo município é fruto de um investimento estruturante e estratégico feito no Concelho nas gestões autárquicas de 1997-2013. Nestas 4 anteriores gestões autárquicas o município arrecadava valores de impostos diretos muito inferiores aos atuais, endividou-se para executar investimento estrutural com a criação de infraestruturas básicas, desde habitação, arruamentos, saneamento e salubridade pública, entre outros. Hoje, esta prestação de contas releva a saúde financeira com o dito equilíbrio das contas, consequência do investimento inteligente feito no passado criando atratividade ao Concelho, permitindo que hoje se arrecade este valor de receita corrente. Também a participação variável no IRS, constante nas transferências correntes, retrata que, mesmo com a manutenção da taxa de participação do IRS nos 4%, esta rubrica apresentou um acréscimo de valor face a 2022, traduzindo que, por um lado teremos Gaienses com um aumento de valor dos seus rendimentos e, por outro, um aumento da população ativa gaiense. Esta análise confirma a importância e a consequência do investimento feito, no passado, no Município.

Analisando a despesa, com o aumento de 21.691 milhares de euro na despesa corrente, preocupa-nos o crescente aumento desta rubrica. As despesas de funcionamento que traduzem a despesa fixa e obrigatória que o Município tem de suportar, tiveram um acréscimo de 19.108 milhares de euro, representando 57.44% do total da despesa global.

Com maior peso nas despesas de funcionamento temos a despesa com pessoal, que em 2023 atingiu o valor de 72.947 milhares de euro, com um aumento de cerca de 13,117 milhares de euro, ou seja, um incremento percentual de cerca de 21% relativamente aos valores de 2022. Nesta rubrica encontramos os encargos com a descentralização de competências. Este processo pode causar um impacto negativo nas contas do município, caso o envelope financeiro inicialmente previsto não seja ajustado à realidade, por forma a que o município não tenha de alocar recursos financeiros próprios a este processo, facto este alertado na altura pelo PSD, quer pelos vereadores na câmara quer nesta assembleia. Esperemos que no balanço da Comissão de Acompanhamento ao processo de descentralização essas insuficiências financeiras sejam supridas, sendo corrigido o montante do envelope financeiro no âmbito da Educação, Ação Social e Saúde.

As despesas de capital registam um total de 51.137 milhares de euro evidenciando um decréscimo de 6,878 milhares de euro face ao ano transato, sendo essa rubrica afetada predominantemente pela diminuição do Investimento Global, o qual ascendeu apenas a 41.210 milhares de euro.

O equilíbrio orçamental exigido é cumprido com a comparticipação das receitas correntes, em que a principal rubrica são os impostos diretos. Tal evidência torna-se preocupante pois pode comprometer a gestão futura do município em exercícios em que esta receita sofra um decréscimo fruto de uma estagnação da atividade imobiliária bem como da alteração de comportamentos da sociedade e das suas populações.

Para V. N. Gaia continuar a ser um município atrativo para se viver e investir, é necessário cuidar do concelho nas áreas de atuação críticas como, por exemplo, a habitação, a rede viária, os transportes e os incentivos económicos, de modo a promover o crescimento e o desenvolvimento do território, para que se possa continuar a arrecadar a receita desejada ao equilíbrio orçamental.

Não é suficiente termos uma rede de Metro nem um TGV, conforme previsto, se não forem criados acessos dignos e uma rede de transportes eficaz, adjacentes às principais vias, capaz de satisfazer as necessidades dos Gaienses. Todas as infraestruturas locais apresentam carências graves e estão a ser tratadas de forma insuficiente. É importante um continuo investimento estrutural, agregando e complementando as necessidades do Município, em benefício da população e do desenvolvimento local.

Nesta prestação de contas não vislumbramos um rumo nem uma visão que satisfaçam as principais preocupações que aqui relatamos. Tal impede-nos de acompanhar a prestação de contas relativas ao exercício de 2023.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril 2024

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

RELATÓRIO E CONTAS 2023

Somos hoje chamados a apreciar e votar o Relatório e Contas da Câmara Municipal do ano de 2023.

Este documento encerra uma década de relatórios e contas da responsabilidade desta gestão autárquica, sob o lema "Dedicados a Gaia" onde foi possível devolver a esperança e confiança aos Gaienses. Credibilizar a Câmara, dando transparência e rigor à sua gestão, criar um conjunto de políticas onde o objetivo era a melhoria da qualidade de vida das pessoas e realizar um elevado conjunto de investimentos, investimentos inteligentes, sustentáveis e estruturantes para o Concelho.

O início deste projeto autárquico teve um elevado grau de dificuldade, dado o estado de debilidade das finanças municipais. Partimos em 2013 com um passivo de médio e longo prazo de 200 milhões de euros, a que se juntaram mais alguns milhões em indeminizações judiciais de processo iniciados antes de 2013 mas integralmente pagos neste ciclo autárquico.

No entanto, com uma ação política de elevado rigor orçamental e centrada nas pessoas e instituições, e com o envolvimento de toda a comunidade, foi possível chegarmos a este patamar. As escolas, as instituições e coletividades, as empresas, todos foram assumindo o seu papel neste projeto integrador para Vila Nova de Gaia.

Foram 10 anos de uma visão ampla para a município, juntando muito e bom investimento a projetos imateriais, que hoje se tornaram imprescindíveis no

concelho. Foram 10 anos de uma visão integrada do território, onde todas as freguesias viram concretizadas reivindicações de muitos anos.

Foram 10 anos de proximidade e parceria com as instituições e coletividades do concelho. Os apoios anuais aos bombeiros são de 700 mil euros, às IPSS's rondam os 1,38 milhões de euros e às associações, coletividades e clube ultrapassam os 2,6 milhões de euros.

Foram 10 anos de forte apoio às Juntas de Freguesia, reforçando as verbas transferidas, mas também realizando contratos interadministrativos capacitando as Juntas de Freguesia para a execução da tão importante obra de proximidade.

Aliás, das ações que mais distingue este ciclo político do anterior é o investimento de proximidade, ao que chamamos resolver os problemas concretos da vida das pessoas, nomeadamente, construção de passeios, jardins, recreios escolares, parques infantis, etc. Uma aposta da atual Câmara que marca a diferença com o ciclo anterior.

Mas olhemos para a atividade da Câmara nas suas principais áreas de governação.

Na mobilidade destacamos a futura linha do TGV, que graças à influência política deste executivo municipal foi possível incluir uma estação em Gaia, coisa que não estava prevista no projeto inicial da linha de alta velocidade.

A extensão da linha do metro é também marca deste executivo. Até 2013, Vila Nova de Gaia tinha uma extensão de apenas 2,75 km da linha amarela. Atualmente, temos a expansão da linha amarela até Vila d'Este 3,15 km a inaugurar brevemente e já em obra a Linha Rubi com mais 6,3 km.

Temos também uma nova rede de autocarro, a Unir, com mais autocarros, mais linhas e mais horários. Após as naturais dificuldades registadas no arranque deste

projeto, vamos assistindo ao aperfeiçoamento e consolidação do serviço por todo o território.
A implementação de um serviço gratuito de transporte porta-a-porta MOB+, em parceria com as Juntas.

Na saúde destacamos as obras no nosso Hospital. Hoje quem visita o nosso hospital encontra praticamente um novo equipamento. Novas urgências, novas infraestruturas e novos equipamentos. No entanto, a obra continua e em breve teremos o heliporto permitindo uma mais rápida prestação ao cuidado de saúde. Esta é a principal obra na área da saúdem mas tendo mais investimentos nesta área. Os novos centros de Saúde da Madalena e de Vilar de Andorinho já inaugurados. O novo centro de saúde dos Carvalhos a arrancar em breve, e o centro de saúde de Grijó com projeto em execução merecem também o nosso destaque.

Na educação, depois de totalmente reabilitadas as Escolas EB2/3 Dr. Costa Matos, Valadares e Sophia de Mello Breyner, segue-se a requalificação das Escolas EB2/3 Padre António Luís Moreira (Pedroso), Anes de Cernache (Vilar de Andorinho) e Adriano Correia de Oliveira (Avintes), assim como a escola secundária Gaia Nascente (Oliveira do Douro), todas elas já com financiamento garantido pelo PRR, onde mais uma vez a influência política deste executivo foi decisiva.
Assistimos também a dezenas de reabilitações no parque escolar do 1.º ciclo, assim como a retirada integral do amianto das escolas.

Já com financiamento garantido através do PRR, teremos também 5 novas creches municipais, melhorando a capacidade de resposta às famílias que procuram esse serviço.

Mas o investimento na educação não se resume a cimento e betão. Vai muito para além disso. O projeto Gaia Aprende +, o Gaia Aprende + i, a Escola Ciência Viva, os pequenos-almoços gratuitos e a fruta escolar para todos, assim como os cheques oferta continuam a ser algumas das prioridades das nossas políticas públicas municipais.

No ambiente garantimos o encerramento e selagem do aterro de Sermonde. Ao mesmo tempo tivemos a preocupação de ampliar e melhorar os locais de fruição para os munícipes, ampliando as áreas do Parque Biológico e do Parque da Lavandeira e adquirindo o Parque de Santa Luzia.
Continuamos a obra de prolongamento dos passadiços do Rio Douro, tendo como objetivo a sua ligação até Lever, sendo também de realçar a construção da rede municipal de parques para animais.

Vamos assistindo à renovação e construção de novos parques infantis um pouco por todo o Concelho, bem como a implantação de dois parques temáticos. A Volta ao Mundo já inaugurado e o Pinóquio em fase de construção.

Continuamos o reforço da rede de pavilhões municipais. Pavilhão de Santa Marinha (recentemente inaugurado), Pavilhão Municipal de Olival, Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso e Pavilhão Municipal S. Félix da Marinha permitiram mais e melhores soluções para a prática desportiva.

Falando em equipamentos desportivo, está em construção o novo estádio do Futebol Clube de Crestuma, estando para breve o início da construção da piscina municipal Maravedi, bem como da piscina da Lavandeira.

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Já que estamos a falar do desporto, pretendo destacar o renascimento do Jogos Juvenis de Gaia, após um período de interrupção. Este evento que marcou várias gerações de jovens gaienses voltou a trazer o desporto para todas as crianças e jovens.

A extensa rede viária do concelho continua a estar na ordem do dia, tendo sido investidos vários milhões de euros na sua reabilitação.

Mantemos a visão de modernidade e inovação nas prestações dos serviços municipais. Depois de inaugurada a Praça de atendimento integrado, da requalificação do quartel dos Sapadores, estão atualmente a decorrer as obras de requalificação do Paços do Concelho, tendo também já sido encontradas as novas localizações para as oficinas e instalações para a Polícia Municipal.

A afirmação de Vila Nova de Gaia na região está pois bem consolidada. No entanto, 3 novas infraestruturas merecem destaque pela maior amplitude que trarão ao município. Falo do Pavilhão Multiusos Nelson Mandela (já em construção), o Gaia Museu Ambiente e o Centro Cultural e de Congressos.

Vila Nova de Gaia é hoje um concelho mais moderno, mais inovador, com mais e melhores infraestruturas, mais inclusivo e integrador e com uma gestão responsável e sustentável. O documento que hoje votamos traduz isso mesmo.

Nós, presidentes das Juntas de Freguesia votaremos de forma convicta, favoravelmente a este documento.

P' Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Filipe Silva Lopes

Ex.mo Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Dr. Albino Almeida,

Ex.mas Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal,

Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues,

Ex.mos Vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Ex.mos Presidentes, de Juntas de Freguesia,

Ex.mos Deputados Municipais,

Caríssimo Público,

Polícia Municipal,

Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

Prestar contas é uma obrigação, mas também é um dever.

Na apreciação e discussão do Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2023 é imperioso atender que estão decorridos 10 anos deste ciclo autárquico.

Prestar contas obriga a percorrer a linha do tempo e como tal, lembrar o ponto de partida.

E o nosso ponto de partida foi trágico.

Haverá sempre uns poucos que dizem que foi resultado de enorme visão, de rasgo e de ousadia e outros, em maior número, dizem que foi resultado de muita incompetência, muito despesismo e impensáveis megalomanias.

Deixemos as apreciações genéricas de parte

Vamos analisar factos.

O Tribunal de Contas realizou em 2015 uma Auditoria Orientada ao Endividamento do Município de Vila Nova de Gaia e teve como referência o quinquénio 2008-2012

Dessa auditoria resultou um relatório.

Relatório Nº 13/2015.

Relembro alguns pontos desse relatório:

Cito

> "1.2.9.5 Em face do exposto, conclui-se que, ao longo do quinquénio 2008-2012, o MVNG desenvolveu uma gestão orçamental desequilibrada, caracterizada por:
>
> - Falta de sinceridade, transparência e fiabilidade na previsão das receitas;
> - Falta de racionalidade e prudência na efetivação dos gastos;
> - Falta de monitorização da execução do orçamento tendo em vista a adequação e proporcionalidade entre a arrecadação da receita e a realização da despesa;

- Falta de cumprimento atempado dos compromissos assumidos, acumulando dívidas a fornecedores originariamente de curto-prazo."

Citação – pág. 30 de 342

"1.2.11.2 Nesta conformidade, o Tribunal formula um juízo desfavorável sobre a situação financeira e patrimonial do Município, na parte relativa à sua efetiva capacidade de endividamento."

2

Citação – pág. 33 de 342

1.2.11.11 O juízo global de auditoria desfavorável e as situações evidenciadas nas conclusões supra e descritas de forma detalhada ao longo do desenvolvimento do relatório de auditoria justificam a formulação de juízos de censura aos responsáveis por ação ou por omissão e que são inseridos nos locais próprios."

Citação – pág. 34 e 35 de 342

Vamos a mais factos.

Em 2013, nas eleições autárquicas, a coligação responsável pela gestão do ciclo anterior:

passou de 92.486 votos em 2009 para 27.813 votos em 2013.

Passou de 62% para 20%

Passou de 8 para 3 Vereadores eleitos

Facilmente se conclui, e é por demais evidente, que esse período teve a reprovação dos Gaienses e a censura do Tribunal de Contas.

Seguidamente vamos observar indicadores económicos de conceito básico, de fácil leitura e de compreensão imediata que permitem percepcionar com rigor o ponto de partida e a actual situação.

Vamos a factos e vamos a contas!

Prazo médio de pagamentos:

2013 – 212 dias

2023 – 18 dias

Pagamentos de juros de mora:

2013 – 2,5 milhões de euros

2023 – ZERO

Dívida de curto prazo:

2013 - >30,1 milhões de euros

2023 – 9,7 milhões de euros

Dívida de médio e longo prazo:

2013 – 196,2 milhões de euros

2023 – 73,8 milhões de euros

Processos judiciais – relembro os processos mais mediáticos, iniciados no anterior ciclo autárquico, o tal da ousadia e do rasgo.

Parcialmente até estou de acordo. Ousadia porque nunca cuidaram de fazer qualquer provisão e rasgo porque foi prática rasgar compromissos assumidos.

Mas lembro os processos liquidados neste ciclo autárquico:

Cimpor - 4,6 milhões de euros;

VL9 - 13,9 milhões de euros;

ACA - 4,5 milhões de euros;

PROHABITA - 2,4 milhões de euros;

Lembro a dívida à EDP - 6.5 milhões de euros e lembro as dívidas a outras entidades num total de 5,5 milhões de euros.

Senhor Presidente

Hoje, como há 10 anos, lembrar este cenário dantesco, lembrar esta herança não serve nem serviu para desculpas, não serve nem serviu para vitimização, não serve nem serviu para criar biombos para esconder as nossas insuficiências.

A liderança do projecto "Dedicados a Gaia" teve sempre o seu rumo e os seus propósitos presentes e paulatinamente foi alcançando as metas a que se propunha, sem abdicar dos seus princípios orientadores e que foram devidamente sufragados pelos Gaienses.

Desoneração fiscal, gestão cuidada, transparência e prestação de contas.

Apesar da situação financeira encontrada a desoneração fiscal foi assumida desde o primeiro dia. O equilíbrio das contas municipais iria ser feito, e foi feito, por via da gestão e não por via de mais sacrifícios pedidos aos Gaienses.

A taxa de IMI, anteriormente sempre mantida na taxa máxima – 0,5% - teve há 10 anos a sua primeira alteração e foi sendo reduzida até aos actuais 0,36%.

A taxa de IRS, anteriormente sempre mantida na taxa máxima – 5% - foi sendo reduzida atá aos actuais 2,5%.

Apenas a taxa mais criativa, a taxa das rampas, não foi reduzida. Foi extinta.

Fica como marco deste ciclo as boas contas e a reposição do bom nome do Município de Vila Nova de Gaia.

As boas contas não foram e não são um objectivo.

É uma questão de liberdade. É uma questão de futuro.

Ter boas contas dá a liberdade de propor, de sufragar e de decidir. Caso contrário apenas permite a arte do possível.

E num primeiro momento, contrariando algumas legítimas expectativas, que digam os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, foi necessário ser paciente, preservante, resiliente, competente e rigoroso.

Vencida essa fase pedimos aos Gaienses a sua confiança e apoio, dizendo:

se conseguimos colocar as contas no verde baixando ou extinguindo taxas e lançar programas de elevado significado e valor;

se fomos capazes, em equipa e com os Gaienses, de superar a crise financeira e social;

então confiem que vamos inovar, vamos conseguir catapultar os Gaienses e Vila Nova de Gaia para outro nível de desenvolvimento, num Município estável, humanista e de boas contas.

Senhor Presidente

Os Gaienses confiaram e confiam neste projecto "Dedicados a Gaia" e na sua liderança.

Estes 10 anos têm marcos e marcas impressivas que nos orgulham.

Não nos trazem vaidade, mas acarretam mais responsabilidades, mais dedicação, para um futuro que queremos construir com os contributos de todos os Gaienses.

Neste balanço de 10 anos não quero ser exaustivo, mas quero lembrar esses marcos e essas marcas e provavelmente vou demorar um pouco mais do que é normal.

Mas sempre são 10 anos de obra e não assim tão pouca, lembrando também que o território é vasto e as necessidades ainda são mais que muitas.

APOIOS ANUAIS

BOMBEIROS - 700 MIL EUROS

IPSS - 1,38 MILHÕES EUROS

ASSOCIAÇÕES, COLETIVIDADES E CLUBES - 2,6 MILHÕES EUROS

EDUCAÇÃO

Programa GAIAaprende+

Programa GAIAaprende+ I

Pequeno-almoço gratuito (pré e 1º ciclo) e fruta escolar

Cheque Oferta Digital

Medida Passe 13-18

Medida Passe Sub-23

Transporte Serviço Vaivém

Universidade Júnior

Programa Investir na Capacidade

Bolsas Ricardo Quaresma

Orquestra Juvenil de Gaia

Feira Educativa

ACÇÃO SOCIAL

Medidas de Acção Social

- Apoio na Emergência e Carência Económica dos Munícipes
- Atendimento especializado às vítimas de violência e devido encaminhamento, no Gabinete Gaia Protege +
- Programa GaiaCuidador, com o apoio aos cuidadores informais
- Programa ABEM-rede solidária do medicamento
- Estrutura Municipal de Voluntariado Inclusivo e Orientado (EMVIO)
- Programa Chave de Afetos, programa de teleassistência para pessoas idosas
- NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem Abrigo
- Observatório Social
- Plano Integrado Municipal para o Envelhecimento

Projetos de Ação nas Comunidades Desfavorecidas

- Operação Social Hub
- Operação Academia Ativa
- Operação Cidadania Ativa
- Operação Mais Saúde
- Operação Cidades Integradoras
- Operação Educação com Sucesso
- Operação Ambiente e Sustentabilidade
- Operação Laboratórios Sociais
- Operação Espaço Intergeracionais
- Operação Cultura para Tod@s
- Operação Gestão Unidade Técnica Local

SAÚDE

HOSPITAL DE GAIA

Reabilitação de novos acessos e novos edifícios

Novas urgências:

- Urgência Polivalente de Adultos
- Urgência Pediátrica

Equipamento tecnológico de topo

Heliporto – investimento de 1.5 milhões de euros

Centro de Reabilitação do Norte - integração no Hospital de Gaia

Unidades de cuidados continuados - 4 projetos registados na Plataforma SIGA Recuperar Portugal

CENTROS DE SAÚDE

Centro de Saúde de Vilar de Andorinho

Centro de Saúde da Madalena

Centro de Saúde dos Carvalhos - Projeto em concurso público para concretização

Centro de Saúde de Grijó - Terreno adquirido - Projeto em execução

Cadeiras de dentistas nos Centros de Saúde

Novos Centros de Saúde - Projetos em candidatura e/ou concurso público para concretização

Centro de Saúde das CAMÉLIAS

Centro de Saúde de OLIVEIRA DO DOURO

Centro de Saúde de CANELAS

Centro de Saúde de CANIDELO

Centro de Saúde de VALADARES

Centro de Saúde de BARÃO DO CORVO

Centro de Saúde de AVINTES

Centro de Saúde da AFURADA

Centro de Saúde de ARCOZELO

Centro de Saúde de SANDIM

CENTRO DE DIAGNÓSTICO PNEUMOLÓGICO – DEVESAS

Programa Municipal de Apoio à Saúde Mental Feliz(Mente)

Plano Especial de Vacinação – vacinas gratuitas

HABITAÇÃO

HABITAÇÃO - PRIMEIRO DIREITO – 980 fogos – investimento de 90 milhões de euros

REABILITAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

CARTÕES MUNICIPAIS

- Cartão da Grávida e do Bebé
- Cartão do Professor
- Cartão Viver Gaia
- Cartão Jovem Municipal

AQUISIÇÕES PATRIMONIAIS

- CASA DA PRESIDÊNCIA
- FÁBRICA DAS DEVESAS
- TERRENO DOS PANAÇAIS
- TERRENO DOS SALGUEIRAIS
- TEATRO ALMEIDA E SOUSA
- • CASA MOTA (RAIMUNDO CARVALHO)
- LOTE 27
- CASA ESPIRIDIÃO DE SOUSA

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

Centro Cultural e de Congressos – projecto Arq. Souto Moura

Nova Praça Municipal

Novo Atendimento Municipal

Novas Oficinas Municipais

Novo edifício das Águas de Gaia EM

A propósito lembrar a consolidação financeira e a redução da factura da água

Novo adro da Igreja de Mafamude

Nova sede da Junta de Freguesia de Arcozelo

Requalificação da Praceta 25 de Abril - Projeto em concurso para execução

Apoio à requalificação da Capela do senhor D'Álem

Requalificação do Quartel dos Sapadores

Novas instalações da Polícia Municipal

Nova frota municipal de veículos pesados

Novo Centro de Actividades e Capacitação para a Inclusão em Canidelo - Projeto em concurso para execução

Centro Comunitário +

Nova piscina Municipal de Maravedi - Projeto em concurso para execução

Pavilhão Municipal de SÃO FÉLIX DA MARINHA - Projeto em concurso para execução

Pavilhão Municipal de OLIVAL (EB2/3) - Projeto em concurso para conclusão, após falência do empreiteiro

GINÁSIO DO MEIRAL - Projeto em concurso para execução

Estádio do F C Crestuma - Obra em curso

Centro Municipal da Juventude - Projecto em curso

Tanatório Municipal - Projeto em fase de arranque

Reabilitação da Casa-Oficina SOARES DOS REIS - Projeto em fase de tramitação, após falência do empreiteiro

Nova Sede do Rancho de Vilar de Andorinho

Nova Sede do Rancho de S. Félix da Marinha

Nova Sede do Rancho de Crestuma

Novo Auditório da ACMA (Banda de Avintes)

Aquisição do terreno para a ampliação da sede da Sociedade Filarmónica de Crestuma

Reabilitação da Igreja Antiga de Lever - Apoio ao projeto, atualmente em curso

Requalificação da sede da Sociedade Filarmónica 1º de Agosto

Requalificação da sede da Associação Recreativa e Cultural de Serzedo

Requalificação dos PAÇOS DO CONCELHO

Novo auditório de Lever

Requalificação do Cineteatro Almeida e Sousa

Novo Pavilhão Multiusos Nelson Mandela

Novo GAIA MUSEU AMBIENTE - Projeto em fase de conclusão de projeto para arranque da obra

Nova Piscina da Lavandeira - Projeto em fase de arranque

Reabilitação da Igreja da Afurada

Desfibrilhadores nos equipamentos Municipais

PREMIOS E DISTINÇÕES

Prémio Nacional de Sustentabilidade – Bem estar e Cidades Sustentáveis

Prémios Erasmus 2023 – Actividade de Participação Juvenil na prioridade Participação na Vida Democrática

Campo de Férias Municipal do ano de 2019

Autarquia Solidária – celeridade e disponibilidade das 15 Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesia para respostas rápidas e urgentes às necessidades da população

Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais – 2023/2024

Município Amigo do Desporto – 2016/2019

Vila Nova de Gaia – Município de Excelência para Viver em Igualdade – 2022

Intervenção Social Sénior – 2022

Intervenção Social Crianças e Jovens – 2023

Município Amigo do Consumidor – 2023

AMBIENTE

Encerramento/Selagem do aterro de Sermonde e novo projecto para esta área

Ampliação do Parque Biológico

Novo cercado para Linces - Projeto em fase de conclusão

Ampliação do Parque da Lavandeira

Aquisição da Estufa do Parque da Lavandeira - Projeto em curso para reabilitação do equipamento

Aquisição do Parque de Santa Luzia

Varredura, recolha diária de resíduos, limpeza de praias

Instalação de luzes leds em toda a iluminação pública

Instalação de MOLOKS semi-subterrâneos

Reabilitação do Largo do Senhor dos Aflitos

Construção dos Passadiços do Douro

Reabilitação das Ribeiras:

Ribeira de ATIÃES

Ribeira de VALVERDE

Ribeira do ESPÍRITO SANTO

Rede municipal de Parques para animais

Construção de Parques temáticos:

"VOLTA AO MUNDO"

"PINÓQUIO"

DESPORTO E CULTURA

Jogos Juvenis de Gaia

Inscrição dos Atletas nas respectivas Federações

Bienal Arte Gaia

SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

Elevação dos Sapadores a Batalhão

Central Municipal de Operações de Socorro

Escola de Formação em Operações de Socorro

MOBILIDADE

Visão de um sistema integrado

TGV - Nova Estação de Gaia (Santo Ovídio)

- Ponte D. António Francisco dos Santos (TGV E Rodovia)

Metro - linha amarela -extensão ao Hospital de Gaia

- Linha rubi – Ponte D. Antónia Ferreira, A Ferreirinha e Rotunda da VL8 - em fase de concurso público para construção

Rede UNIR – 150 autocarros | 81 linhas | 60 milhões de euros em 7 anos

CP suburbano

Passe único – apenas 2 tarifários

Shuttle e MOV+

Bicicleta e trotinete

Acessibilidades:

- Avenida Gonçalo Ribeiro Telles (VL3)
- Avenida Vasco da Gama (EN222)
- Reabilitação da Ponte da Arrábida – abertura de concurso
- Ciclovia da Avenida da República

Adesão à nova Empresa Metropolitana de Transportes

Acionista dos STCP

INVESTIMENTOS

ESCOLAS FINANCIADAS PELO PRR - REABILITAÇÃO

EB ANES DE CERNACHE (candidatura feita a 29 de abril de 2024)

EB ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA (candidatura feita a 29 de abril de 2024)

ES GAIA NASCENTE (candidatura feita a 29 de abril de 2024)

EB PADRE ANTÓNIO LUÍS MOREIRA (candidatura feita a 29 de abril de 2024)

EB DE OLIVAL (aguarda abertura de candidaturas)

EB DE SANTA MARINHA (aguarda abertura de candidaturas)

EB JÚLIO DINIS (aguarda abertura de candidaturas)

EB D. PEDRO I (aguarda abertura de candidaturas

Retirada integral de amianto das Escolas

Instalação de AVAC nas Escolas EB-1 E JI - Projeto em concurso público para concretização

5 Novas Creches Municipais - Projetos em concurso público para concretização

Creche da AFURADA

Creche de SANTA MARINHA

Creche de ARCOZELO

Creche de GRIJÓ/SERMONDE

Creche de OLIVEIRA DO DOURO

Reabilitação da Divisão da PSP de Gaia

Novo Posto da GNR de Arcozelo - Aguarda protocolo e financiamento do MAI

Senhor Presidente

Este balanço, que procurei ilustrar com apenas alguns exemplos, do que de relevante e do que muito se fez em Vila Nova de Gaia foi resultado de um trabalho que em primeiro lugar convocou todos os Gaienses para participarem na transformação que a materialização do projecto "Dedicados a Gaia" propunha.

Sinalizei um conjunto avultado de investimentos ora feitos pelo Município, ora pelo Governo central. E obter esses investimentos resulta da capacidade, da arte e do engenho, de atrair esses investimentos.

Essa capacidade resulta da forma como luta por eles; resulta da forma como se prepara e como está preparado para obter essas conquistas.

Terminando.

"Dedicados a Gaia" é um projecto para as pessoas, para ser concretizado, como está a ser, em rede, com os Gaienses e com as instituições de Vila Nova de Gaia. Um projecto com uma grande aposta na Educação e no reforço de apoios sociais.

Um projecto superiormente liderado por Eduardo Vitor Rodrigues e que resulta de um trabalho da sua equipa. Daqueles que entendeu em diferentes momentos convocar e que foram sempre respondendo presente trabalhando com denodo e em prol de Gaia e dos Gaienses.

Na prestação de contas deste ciclo autárquico não podemos deixar de individualizar o ano de 2020 e o impacto da pandemia que vivemos.

A resposta excepcional e extraordinária que o Município deu aos Gaienses e às instituições de Vila Nova de Gaia só foi possível devido ao facto de ter iniciado desde logo o saneamento financeiro alcançado o equilíbrio das suas contas.

No presente, esta saúde financeira dá ao Município a robustez necessária para encarar esta recta final do mandato com a firme convicção que estamos a tornar Vila Nova de Gaia um território de eleição, que atrai e acolhe novas famílias, que atrai novas empresas, que atrai novos investimentos e que permite um desenvolvimento sustentável e um espaço de excelência e fruição.

Vila Nova de Gaia e os Gaienses merecem.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

(Carlos Vergueiro)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

MINUTA DE ATA Nº 49

Reunião Ordinária de 29.04.2024

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi um, **Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "à Luta dos Trabalhadores e das Populações em Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Maioria**, com 36 votos a favor (19 do PS, 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

b) Foi um, **Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi uma, **Moção,** apresentada pelo Grupo Municipal do BE, "UNIR", **Rejeitado por Maioria**, com 31 votos contra (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 05 votos a favor (02 do BE, 02 da CDU e 01 da IL) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN). ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2023, assim como a respetiva certificação legal de contas, relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, nos termos do n. 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 31 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 da IL) e 06 abstenções (02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN). ----------

b) **Foi o ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos** "a Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2023, nos termos da alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 36 votos a favor (19 do PS e 12 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL).

E, nada mais havendo a tratar por hoje, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 18 minutos do dia 30 de abril de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)